



O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA REGIÃO NORDESTE DO BRASIL SOB A ÓTICA DAS MICROFINANÇAS

GT 7 – Economia solidária, Economia Criativa e Políticas Públicas

Leandro dos Santos Pereira¹
Fernando Henrique Taques²

RESUMO

Este trabalho busca identificar o desenvolvimento econômico na região Nordeste do Brasil, sob a ótica das microfinanças entre os anos de 2000 e 2013. A região Nordeste possui histórico de baixo desenvolvimento econômico, em função do clima e de tentativas frustradas de programas governamentais para promover o desenvolvimento na região. A hipótese é que se forem observadas as políticas adotadas em Bangladesh por Yunus e pelos demais países entorno das microfinanças, que promovem a inclusão dos serviços financeiros para famílias de baixa renda e para micro e pequenos empreendedores e produtores rurais, é possível realizar um desenvolvimento mais sustentável em todos os níveis e setores econômicos, gerando um maior dinamismo na economia local, redução nas desigualdades sociais e diminuição no índice de pobreza. A metodologia empregada baseou-se, nos dados e índices socioeconômicos históricos além de relatos acadêmicos em torno do tema. Os números de contratos de microcréditos revelam o crescente desempenho do programa na região. A redução da taxa de desemprego, desigualdade e de pessoas a baixo as linha da pobreza, assim como o aumento dos salários médios, emprego e do Produto Interno Bruto - PIB per capita nordestino dão indícios do potencial de desenvolvimento gerados pelas Microfinanças. Palavras-Chave: Microfinanças. Nordeste. Desenvolvimento.

1 INTRODUÇÃO

A importância da região nordeste data desde o período da colonização do país. A região serviu como área de povoamento dos colonizadores portugueses e emergiu como um dos principais centros econômicos da época ao contemplar o cultivo da cana-de-açúcar, o que serviu de base para o desenvolvimento local.

A Região Nordeste sempre sofreu grandes problemas de desenvolvimento de acordo Oliveira (2011), a seca que atinge a região periodicamente é o principal fator que leva a esta situação. Mesmo após o processo de industrialização que ocorria no Brasil, (1930 a 1956) as diferenças entre as regiões Nordeste e Centro-sul cresciam cada vez mais.

Diante do exposto, observa-se uma necessidade de criação de programas voltados a promover o desenvolvimento da região nordeste e conforme Baer (2003), diante desta visão,

¹ Graduado em Ciências Econômicas pelas Faculdades Metropolitanas Unidas – E-mail: leandropereiramonografia@gmail.com

² Mestre em Economia pelo PEPEP-PUC/SP e Professor das Faculdades Metropolitanas Unidas - E-mail: fernandohtaques@gmail.com



em 1959 surgiu um grupo de estudos sob a liderança de Celso Furtado, que com o apoio do então presidente da república Juscelino Kubitschek, deu origem a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, cujo objetivo era coordenar todas as atividades do governo federal na região nordeste, de modo a promover a aceleração do processo de industrialização, de empregos e da produção tanto industrial, quanto agrícola, porém, os resultados obtidos das políticas da SUDENE mostraram-se ineficazes, pois ficaram muito abaixo das metas originais, sendo extinto no ano de 2001. Após o final de suas operações, o nordeste mostra-se ainda bastante dependente de programas voltados ao desenvolvimento, segundo Gonzaga (2004), o nordeste brasileiro em relação ao tamanho de sua população, é a região mais pobre do país.

Como alternativa ao combate a pobreza e ao desemprego, vários países passaram a adotar a políticas de microcréditos, tendo como base a experiência pioneira de Muhammad Yunus, em Bangladesh, afirma Ribeiro (2006). Lopes (2006), completa com relatos de que ao se facilitar os serviços financeiros, as microfinanças tornam-se valiosas ferramentas no combate à pobreza, pois além de ajudar aos lares mais pobres a satisfazerem as suas necessidades básicas, também permite o aparecimento de pequenas empresas ao mesmo tempo em que reduz as diferenças de gêneros, pois apoiam principalmente a participação da mulher. Por fim retrata Yunus (2008), que um dos impactos sociais mais significativos do movimento é o estímulo ao trabalho autônomo para os indivíduos, que criam e comercializam seus produtos localmente, este processo além de favorecer a situação das famílias ajuda também na comunidade, tirando varias famílias da pobreza.

Assim o objetivo da pesquisa é identificar e analisar os efeitos causados pelas políticas de microfinanças, sobre a economia da Região Nordeste do Brasil a partir do ano de 2000.

Como metodologia esta pesquisa se baseara em consultas bibliográficas, a respeito das discussões sobre o desenvolvimento da região nordeste e também acerca do instrumento das microfinanças e seus efeitos sobre a economia. Serão feitas análises dos indicadores econômicos, históricos divulgados nos últimos 13 anos, como a taxa de pobreza divulgada pelo IPEA, boletins do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), calculado pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro, pesquisas de taxa de desemprego e PIB *per capita* do IBGE, alem de projetos e resultados divulgados pelo Banco do Nordeste, Governo Federal, (Ministério do Trabalho e Emprego) e demais instituições atuantes no cenário político econômico e nas microfinanças, nacionais e internacionais.



Esta monografia esta estruturada em quatro capítulos além de introdução e conclusão: no primeiro capitulo a abordagem será feita sobre a região nordeste, identificando as principais necessidades de se promover o desenvolvimento, partindo dos princípios que deram origem à SUDENE, No segundo capitulo, será feito uma abordagem sobre as microfinanças, seus fundamentos, conceitos e propostas, além de uma descrição sobre a sua importância para a diminuição da pobreza e desigualdade. O terceiro capitulo, apresenta como as políticas de microfinanças foram introduzidas no Nordeste bem como as suas propostas. O quarto capitulo, desenvolve uma análise sobre os programas adotados na região, bem como o papel das microfinanças na geração de renda, emprego, produção, entre outras variáveis econômicas.

2 DESENVOLVIMENTO NO NORDESTE A PARTIR DA SUDENTE

Furtado (1989), relata que em 1958 após o seu regresso da Europa se deparou com um Brasil, em fase de efervescência e de elevação da confiança dos brasileiros motivada principalmente por dois pontos em específico: a construção de Brasília e do momento de industrialização que vivia o país durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956 a 1961). A instalação da base industrial e a edificação da cidade capital traziam consigo enormes dificuldades financeiras, mais os problemas não foram abordados deste ângulo. Segundo o autor a falta de recursos financeiros e a pressão sobre a balança de pagamentos eram encarados pelo governo, como desafios que o país deveria enfrentar para abrir novos horizontes, os investimentos públicos, inclusive aqueles financiados pelos fundos da previdência social, foram em sua maior parte utilizados para esta obra.

Conforme Furtado (1989), a centralização dos investimentos do governo Kubitschek na construção Brasília, somados ao aumento das instalações industriais, principalmente na região sudeste do país, trouxeram a classe empresarial e para o crescimento econômico um momento de euforia, porém, acarretou também no plano social, efeitos inquestionavelmente negativos, como a redução dos investimentos sociais, além de uma forte pressão inflacionária, que forçava para baixo o nível dos salários reais.

Furtado (1989) descreve que o nordeste brasileiro, que tinha sua economia principalmente baseada no setor agrícola, no ano de 1958, teve sua situação fortemente agravada em decorrência da forte seca que atingiu a região neste período, que acarretou na redução da oferta de alimentos somado aos impactos gerados pela inflação que foram ainda



mais severos para os nordestinos. Além disso, o fluxo de recursos financeiros injetados pelo poder público abria espaço para irregularidades que seriam fortemente espalhadas pela imprensa nacional, o que fez com que a população ficasse descontente.

Relata Oliveira (2011), que além da nova seca, a de 1958, aumentou o desemprego rural e o êxodo da população. Existiu também uma série de denúncias que levaram à tona os escândalos da chamada indústria das secas mantidas por corrupção na administração dos recursos enviados pelo governo federal, construção de açudes nas fazendas dos "coronéis", entre outros. Ou seja, denunciava-se que o latifúndio e seus coronéis tinham capturado o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), criado em 1945, da mesma forma como anteriormente tinham dominado a Inspetoria de Obras Contra as Secas, de 1909.

Segundo Furtado (1989) diante de tal situação, o descontentamento da população foi comprovado nas eleições para governadores de 1958, onde foram eleitos candidatos da oposição. Esses novos governadores eram da corte paulista e se colocavam contrários à má administração dos recursos públicos, paralelo às atuações dos governos da oposição surgiram também grupos de movimentos sociais assim como o apoio da igreja católica, que também se opunha as políticas de Kubitschek e lutavam por uma melhor atenção e investimentos para a região nordeste. Diante da evolução destes grupos o presidente Kubitschek apresenta-se em situação de desconforto, pois, estes movimentos tinham um discurso totalmente diferente de suas convicções, o modelo que estava sendo apresentado era que o nordeste brasileiro era o maior problema nacional naquele momento, e que a construção de Brasília em nada contribuía para melhorá-lo. O que levou ao presidente a por em prática alguns projetos voltadas a esta região.

Mesmo após o processo de industrialização que ocorria no Brasil, as diferenças entre as regiões Nordeste e Centro-sul cresciam cada vez mais, esta percepção resultou na Criação da SUDENE, relata Oliveira (2011), de acordo com Baer (2003), a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste surgiu em 1959 diante da necessidade de criação de programas voltados ao desenvolvimento do Nordeste, a partir de um grupo de estudos sob a liderança de Celso Furtado, a SUDENE, deveria coordenar todas as atividades do governo federal na região nordeste, de modo a promover a aceleração do processo de industrialização, de empregos e da produção tanto industrial, quanto agrícola.

2.1 Superintendência Do Desenvolvimento Do Nordeste (SUDENE)



De acordo com Oliveira (2011), a SUDENE foi criada em 15 de dezembro de 1959, como uma forma de intervenção do Estado no Nordeste. Nasceu com o objetivo de promover e administrar o desenvolvimento da região. Sua instituição envolveu, antes de qualquer coisa, a definição do espaço que seria compreendido como a Região Nordeste e que seria objeto da ação do governo. A SUDENE foi criada como uma autarquia subordinada diretamente à Presidência da República, tendo como seu secretário executivo Celso Furtado que atuou entre 1959 a 1964.

Afirma Baer (2003), que a SUDENE, deveria dirigir e coordenar todas as atividades do governo federal na região Nordeste. Os objetivos básicos do órgão eram: a) Intensificação dos investimentos industriais para criação de novas fontes de empregos, com apoio de lei de incentivos fiscais (Lei 34/18) que permitia que empresas investissem 50% dos impostos federais em projetos na região; b) Modificação da estrutura agrária da zona costeira do Nordeste com o intuito de utilizar de maneira mais intensiva a terra para aumento da produtividade açucareira e de facilitar a instalação de famílias especializadas na produção de alimentos da cesta básica, para que com isso pudessem reduzir a dependência dos produtos importados da região Sudeste; c) Modificar de forma progressiva a economia das zonas semiáridas, pelo aumento produtividade e de uma maior conformidade com as condições ecológicas; e por fim, d) Alterar as fronteiras agrícolas de modo a integrar as terras úmidas do sul da Bahia e do Maranhão a economia da região e abri-las pela construção de estradas, o que gera a possibilidade de migração com a região amazônica.

Baer (2003) relata também que os resultados obtidos com a atuação da SUDENE principalmente em suas duas primeiras décadas ficaram muito abaixo do planejado em seus objetivos básicos. Pouco foi conseguido quanto à mudança da estrutura agrária da região, foi depositada muita confiança sobre a lei de incentivos fiscais (Lei 34/18) e muito foi investido nas indústrias, porém o aumento da industrialização na região Nordeste se intensificou em apenas em algumas cidades como Salvador e Recife o que resultou em pouca geração e distribuição do emprego na região.

De acordo Oliveira (2011), após a saída de Celso Furtado em 1964 a SUDENE foi incorporada ao novo Ministério do Interior, o que enfraqueceu a sua autonomia, recursos e objetivos. A SUDENE foi extinta em maio de 2001, a partir de denúncias de corrupção.

3 AS MICROFINÇAS E O MICROCRÉDITO



3.1 CONCEITOS

De acordo com Monzoni (2008) entende-se como microfinanças, o conjunto de serviços financeiros, oferecidos por instituições, sejam elas financeiras ou não, para indivíduos de baixa renda que são privados do tradicional sistema financeiro.

Para Yunus (2008), o conceito de microfinanças tem o propósito de fornecer e garantir a inclusão da população de baixa renda e excluídas socialmente, aos serviços financeiros como abertura de conta corrente, seguros, créditos, entre outros, que antes lhes eram negados por não oferecerem qualquer tipo de garantia e por serem considerados não merecedores de crédito pelas instituições financeiras.

3.2 BANGLADESH CONTEXTO HISTORICO

Conforme exposto por Yunus (2008) o modelo mais bem sucedido de microfinanças, surgiu em Bangladesh, país asiático rodeado quase que totalmente pela Índia. Bangladesh era território paquistanês e conseguiu a sua independência em 1971 após nove meses da chamada guerra de libertação, durante este período o país passou por uma terrível onda de fome entre os anos de 1974 e 1975, causada por diversas razões, entre elas, a série de desastres naturais no início da década de 1970, como, ciclones, secas, inundações, somadas aos impactos da guerra que destruiu grande parte da infraestrutura da região, além do despreparado governo que não ofereceu o devido apoio a população e do insuficiente auxílio internacional. Para piorar a situação, o país sofreu ainda com as alterações do mercado de câmbio gerados após a crise do petróleo. Diante destes fatos as consequências para a população eram inevitáveis, a produção agrícola e a renda *per capita* despencaram, os cidadãos tornavam-se incapazes de alimentar as suas famílias e com a crescente escassez de alimentos, centenas de milhares pessoas acabaram morrendo de fome.

Conforme Yunus (2008), todo o trabalho duro, realizado pela população para tentar sobreviver ao difícil momento vivido em Bangladesh, não foram suficientes para tirá-los da pobreza, por possuírem pouca ou nenhuma renda, os bancos e outras instituições financeiras não ofereciam créditos, ou empréstimos a estas famílias, que ficavam a mercê dos agiotas que ofereciam os empréstimos em troca de taxas e condições consideradas absurdas, o autor descreve tal prática como “Recrutar Trabalho Escravo”.



Monzoni (2008) relata que foi em Bangladesh um dos países mais pobres do mundo que o correu a mais importante experiência de microcrédito até então vista, que surgiu diante de um cenário que segundo o autor foi o período fértil para os agiotas independentes que exploravam a população a troca de juros abusivos.

3.3 GRAMMEN BANK

Yunus (2008) diante de tal conjuntura, no ano de 1976 após ajudar 42 mulheres em Jobra, com um empréstimo de 27 dólares para que elas pudessem comprar matéria-prima para a confecção de seus artesanatos e para que ficassem livres das mãos dos agiotas que as mantinham em regime de trabalho escravo, se deparou com uma surpreendente situação, todos os empréstimos foram pagos em dia, esta pontualidade somado ao fato de que estas mulheres agora eram livres da exploração dos agiotas fez com que surgisse em Muhammad Yunus a ideia de multiplicar este processo.

Yunus (2008) afirma que o primeiro passo para este projeto foi tentar persuadir o banco que ficava no campus da Universidade de Dhaka onde Yunus lecionava emprestar dinheiro aos pobres, porém as respostas deste banco e de outros no quais Yunus tentava implantar as suas ideias, eram sempre as mesmas, para os banqueiros, os pobres não eram merecedores de crédito, pois não possuíam nenhuma garantia de pagamento, além disso por serem analfabetos não tinham nem sequer condições de preencher a papelada necessária, a ideia de emprestar dinheiro aos pobres contrariava totalmente os princípios dos bancos. Diante disto Muhammad Yunus, passou a se oferecer como fiador dos empréstimos concedidos aos pobres.

O banco emprestava dinheiro a Yunus, que repassava a quantia aos aldeões pobres, e para nova surpresa como da primeira vez os pobres pagavam os empréstimos de volta sempre pontualmente. Com este desempenho positivo, e após várias tentativas fracassadas de tentar ampliar esta ideia, em 1977 o Banco Krishi, um dos maiores bancos de Bangladesh ficou entusiasmado com a modelo de Yunus, e para que pudesse testar este novo seguimento resolveu abrir uma filial em Jobra e esta foi à primeira vez em que o nome Grameen foi utilizado. Este projeto teve o mesmo sucesso das tentativas informais iniciais e obteve ótimas taxas de liquidação dos empréstimos (Yunus, 2008).

Entre 1976 e 1979 Yunus, expandiu esse tipo de operação em Jobra e nos vilarejos vizinhos e obteve apoio do Banco Central de Bangladesh possibilitando a ampliação para todo



o país. Karlan e Appel (2011) dizem que no início dos anos 2000, o Grameen atendeu mais de seis milhões de clientes com empréstimos superiores a 650 milhões de dólares, em 2006 o Banco juntamente com o seu fundador Yunus, ganharam o Premio Nobel da Paz, pelos esforços na luta contra a pobreza. Pelo mundo existem cerca de mil instituições de microcrédito que atendem aproximadamente 155 milhões de tomadores.

Yunus (2008) relata que com as políticas de microcrédito o Banco Grameen incentiva e apoia além da inclusão das pessoas aos serviços financeiros, a geração de trabalho autônomo, os empréstimos concedidos pelo banco são pagos com juros por meio do próprio trabalho produtivo das famílias, essa dinâmica é quem torna o Banco Grameen sustentável, a liquidação dos empréstimos fornece os recursos financeiros necessários para a realização de novos empréstimos, que são concedidos para os mesmos indivíduos e a novos membros, de forma que estas pessoas possam aumentar as suas rendas e a sua qualidade de vida através de trabalho produtivo realizados com base em suas próprias habilidades, formando um ciclo sempre crescente de desenvolvimento econômico, isso faz também com que os pobres percebam que podem mudar o mundo em que vivem para melhor e criarem ferramentas para que façam isso por si mesmos.

4 EVOLUÇÃO DO MICROCRÉDITO NO NORDESTE

Relata Ribeiro (2006) que a primeira experiência de microcrédito brasileiro, data de 1973, com o nome de Projeto UNO, (União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações), criada com apoio da Acción Internacional, instituição não governamental com sede em Boston, e de empresas e bancos locais.

De acordo com Spink (2002) a UNO associação sem fins lucrativos, tinha como objetivo, desenvolver um programa de crédito e de capacitação para micro empreendimentos populares, com foco no setor informal.

Conforme Monzoni (2008) o UNO teve papel importante na formação de dezenas de agentes de créditos especializados no mercado informal, e se tornou referencia de microcrédito na America Latina, estes resultados tornaram-se incentivos para que o governo Federal e o Banco Mundial incluíssem o UNO no projeto Polonordeste, um projeto de 120 milhões de dólares que visava o desenvolvimento das áreas rurais por meio de investimentos em irrigação infraestrutura e crédito o que contribuiu para a ampliação do projeto UNO, o autor descreve também que o projeto teve duração de aproximadamente 18 anos e foi extinto



em razão de varias causas dentre elas a incapacidade de se auto-sustentação financeira no longo prazo.

Monzoni (2008) cita que a segunda, organização a atuar no segmento de microfinanças no Brasil, foi a Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Mulher ou Banco da Mulher, que foi criação em 1982 no rio de janeiro é uma instituição sem fins lucrativos e defende o desenvolvimento e inserção da mulher e pela melhoria na qualidade de vida das famílias. Com apoio da UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância) e do BID (Banco Interamericano do Desenvolvimento) foi criada uma unidade do Banco da Mulher na Bahia, que oferece crédito financeiro, cursos e palestras de capacitação gerencial e técnica, além de apoio comercial. O Banco da Mulher hoje em parceria com o *Women's World Bank* (WWB) atua em diversos estados.

Spink (2002) relata que Centro de Apoio Ao Pequeno Empreendedor (CEAP) surgiu em 1986, a partir da experiência da UNICEF, em parceria com a Accion International, no Rio Grande do Sul, que implementou o projeto de apoio às atividades econômicas informais de mulheres e famílias de baixa renda. Realizado em áreas periféricas de Porto Alegre, è responsável pela a introdução de elementos que complementam as ações de microcrédito no Brasil. Em 1989 a CEAPE teve unidades instaladas na região nordeste brasileira, em estados como, Maranhão, Rio Grande Norte, e nos anos seguintes também na Paraíba, Para e Bahia, as entidades que fazem parte do CEAPE, possuem com missão, a melhoria da qualidade de vida dos pequenos empreendedores, através da massificação do credito no território nacional com ferramenta de combate a pobreza. E seus principais objetivos são: a) fortalecer os pequenos empreendimentos; b) melhorar o nível de renda dos pequenos empreendedores, c) criação de novas oportunidades de empreendimentos e fortalecer as existentes; d) contribuir para permanencia de crianças e adolescentes na escola; e) valorização e reconhecimento do papel da mulher perante a sociedade, economia, e cultura; e por fim, f) promover a cidadania. Monzoni (2008) completa dizendo que o CEAPE é a segunda maior instituição do microcrédito no Brasil, ficando atrás apenas do Banco do Nordeste.

O principal programa brasileiro de microcrédito é o CrediAmigo, de acordo com Rocha (2004), o CrediAmigo, foi lançado em 1997 como um programa experimental em 05 agências do Banco do Nordeste (BNB), o projeto teve apoio da Accion Internacional, que preparou e capacitou os agentes de crédito do banco, além de desenhar os sistemas financeiros a serem ofertados. No primeiro momento o programa teve resultados negativos, após quatro meses de existência o BNB, expandiu o programa para mais 50 agências, e teve a



inadimplência aumentada em 18%, uma perda de R\$ 2 milhões. Estes resultados forçaram a Accion Internacional e ao banco mundial a reverem os planos de créditos e mecanismos para a recuperação da qualidade carteira. Na segunda fase do programa com um investimento de R\$50 milhões, do banco Mundial, somados a uma contrapartida igual do BNB, o programa foi remodelado e as metas de desempenho foram estabelecidas. Complementa Monzoni (2008), que o programa possui hoje a maior carteira de clientes do Brasil, e que seus objetivos estão voltados ao financiamento produtivo urbano, o CrediAmigo oferece pequenos empréstimos, e orientações a microempreendedores, além de assessoria empresarial. Com a parceria da ACCION, o programa conseguiu manter uma estrutura administrativa de baixo custo com um acompanhamento personalizado.

De acordo como o Ministério do Trabalho e Emprego (2012) foi criado em 2005 o PNMPO - Programa Nacional do Microcrédito Produtivo Orientado com o objetivo de gerar trabalho e renda, permitindo que pessoas que não são atendidas pelo sistema financeiro convencional tenham acesso a crédito. O público alvo são empreendedores populares, formais e informais, de atividades produtivas de pequeno porte com faturamento anual de até R\$ 120 mil. Varias outras instituições, atualmente ofertam o micro credito no Brasil, dentre elas podem ser citadas o Banco nacional do Desenvolvimento (BNDES), Bancos comerciais como a caixa econômica federal e ate mesmo o SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas). O ministério revela também que um dos principais pontos do PNMPO é que o banco vai ate o cliente por meio de agentes de credito, a fim de realizar análise de credito e de acompanhamento da atividade produtiva durante o Financiamento.

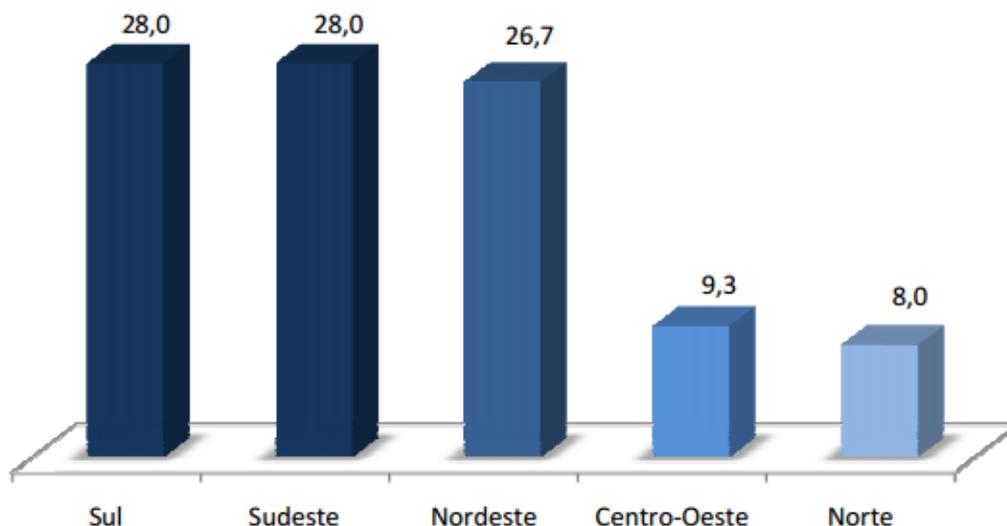
5 O MICROCRÉDITO E O DESENVOLVIMENTO NO NORDESTE DO BRASIL

5.1 Oferta e Demanda de Microcrédito

De acordo com Arraes e Silva (2008), em 2001, estudos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) estimavam que o Nordeste possuísse 28 instituições de microcrédito, atendendo 115,6 mil tomadores ativos. Essa região apresentou um crescimento anual médio de 8% na oferta de microcrédito no período entre 2000 e 2002, alcançando uma participação nacional de 28,81%. Em 2003, de acordo com o Instituto Brasileiro de Administração Municipal e Fundação Ford, existiam 134 instituições operadoras de microcrédito atuando no Brasil, das quais 27% concentradas na região nordeste.



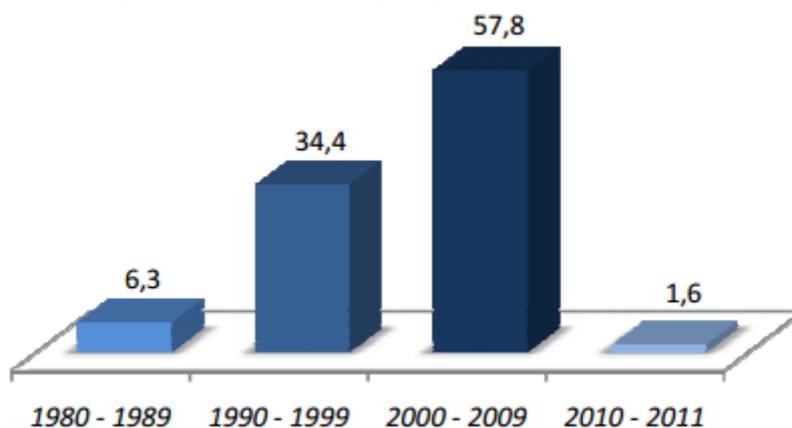
Gráfico 1 - Distribuição das Instituições por Região (%) – Em 2011



Fonte: Unidade de Acesso a Mercado e Serviços Financeiros – SEBRAE/NA.

Conforme o SEBRAE (2012), no Brasil, as instituições começaram a surgir em maior número entre os anos de 2000 e 2011 com um aumento de cerca de 60% no período. Conforme Ministério do Trabalho e Emprego existe em 2013 no Brasil, 469 Instituições cadastradas para operarem como microcrédito, junto ao Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO).

Gráfico 2 - Distribuição das Instituições por períodos de constituição (%) – (1980 a 2011)



Fonte: Unidade de Acesso a Mercado e Serviços Financeiros – SEBRAE/NA.

Relata Guerra (2008) que antes do ano de 1999 não existia no Brasil um marco legal específico para regular as atividades do microcrédito. A partir deste período ocorreram esforços mais efetivos no sentido de construir algum instrumento jurídico que atendesse a esta finalidade. Esse trabalho foi realizado por um grupo idealizado pelo Conselho da Comunidade Solidária, com apoio do Conselho Monetário Nacional e coordenação do Ministério da



Fazenda, tendo o objetivo de expandir o microcrédito no Brasil, esse ato foi relevante para a ampliação das microfinanças no Brasil.

Segundo o Ministério do Trabalho e emprego (2012) as instituições principalmente na região nordeste encontram facilidade na disponibilização dos recursos através das garantias, como o Aval Solidário, que é a reunião de um grupo de pessoas com pequenos negócios e necessidade de crédito e que, ao mesmo tempo, sejam amigas, vizinhas e confiem umas nas outras, para satisfazer, solidariamente, a obrigação de um devedor, caso ele não o faça.

Tabela 1: Contratos de Microcrédito Região Nordeste – 1º Trimestre 2013

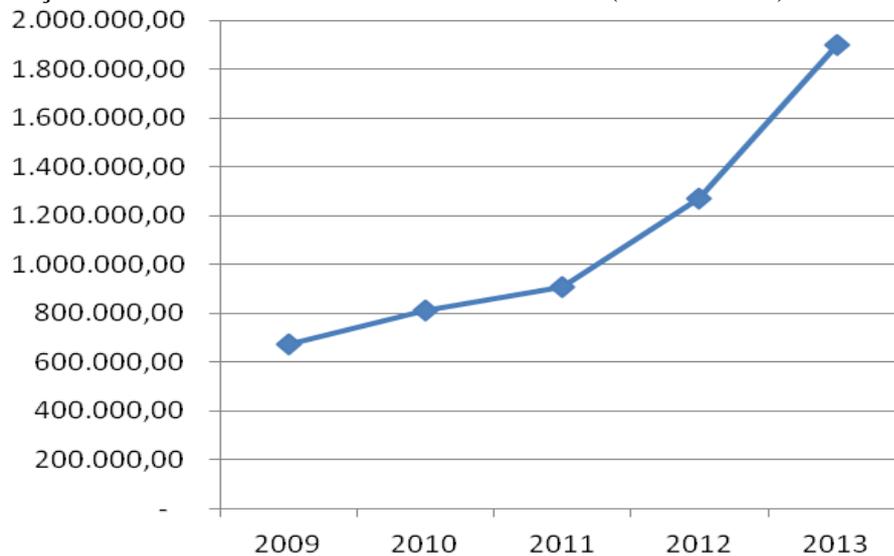
UF	Contratos Realizados		Clientes Atendidos (Trimestre)		Valor	
AL	90.335	5,40%	44.312	5,82%	70.106.706,40	5,73%
BA	244.212	14,60%	93.987	12,34%	166.645.284,47	13,61%
CE	561.965	33,60%	216.125	28,38%	358.262.499,52	29,27%
MA	160.459	9,59%	93.767	12,31%	160.116.305,31	13,08%
PB	139.565	8,35%	55.429	7,28%	95.128.901,48	7,77%
PE	121.636	7,27%	67.255	8,83%	92.838.602,35	7,58%
PI	183.081	10,95%	103.045	13,53%	140.668.633,90	11,49%
RN	95.091	5,69%	44.767	5,88%	72.736.288,73	5,94%
SE	76.048	4,55%	42.861	5,63%	67.676.789,17	5,53%
Total	1.672.392	100,00%	761.548	100,00%	1.224.180.011	100,00%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados extraídos do Ministério do Trabalho e Emprego

Os Estados Nordestinos que possuem a maior carteira de clientes de Microcrédito são: Ceará, Bahia e Piauí, que juntos totalizam 59,15% da movimentação nordestina, com um total de R\$ 665.576.417,89 emprestados com o microcrédito.



Gráfico 3: Evolução Numero de clientes microcrédito ativos (2009 a 2013)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados extraídos do Ministério do Trabalho e Emprego

O número de clientes ativos aumentou 283,11% entre 2009 e 2013 atingindo um numero de 1.901.623 clientes a nivel Brasil, de acordo com o Ministerio do Trabalho e Emprego, deste total 37,06% são homens enquanto a maior parte 62,94% é composto por mulheres que somente no 1º trimestre de 2013 movimentaram cerca de 980 milhões de reais em todo o território nacional.

De acordo com o BNB (2013), o Crediamigo maior programa de microcredito da america do sul, com atuação principal na região nordeste do Brasil, realizou até o mês de agosto de 2013 cerca de 15,2 milhões de operações, em torno de 19 bilhões de empréstimos entre 2002 e agosto de 2013, sendo 65% destes recurso utilizados por mulheres.

De acordo com Azevedo *et al* (2011) como em Bangladesh a predominância feminina nos contratos de microcrédito se fundamenta no fato de que as mulheres são mais empenhadas, e apresentam menores risco de inadimplência do que os homens, por razões culturais, apresentam maior sensibilidade às punições sociais. Além disto, as mulheres, de uma forma geral, possuem uma maior responsabilidade na educação e saúde dos filhos e por exercer atividades menos favorecidas que o homem passa, através desse mecanismo, a contribuir de forma mais decisiva na geração de renda na família, o que potencializa os resultados sociais daí advindos.

Em estudo sobre o perfil da demanda de microcrédito na região Nordeste divulgado pelo Banco do Nordeste - BNB, Arraes e Silva (2008) relatam que a necessidade de adquirir uma melhor qualidade de vida para si e para os seus familiares, muitos nordestinos, entre eles em especial as mulheres, realizam algum tipo de empreendimento com base em seus próprios

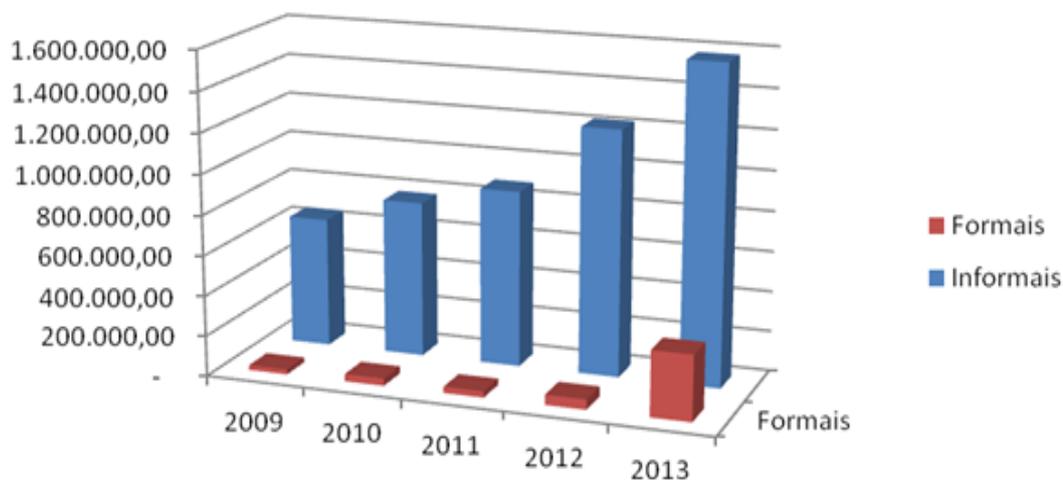


conhecimentos, contribuindo para o crescimento do setor informal da economia, este setor acolhe os proprietários de pequenos empreendimentos que trabalham por conta própria ou que possuem até cinco funcionários tem se mostrado potenciais tomadores do microcrédito.

Arraes e Silva (2008) descrevem que, aproximadamente 40% dos empresários informais na região Nordeste iniciaram seu empreendimento por não terem encontrado emprego, 18% por uma melhoria na renda familiar e 17% em procura de independência econômica. Entre as mulheres, 35% iniciam seus negócios por não encontrarem emprego, 30% pela necessidade de complementação da renda familiar e 14% pela independência.

De acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego (2013) no relatório da PNMPO do 1º trimestre de 2013, 76,37% dos contratos de microcrédito foram destinados ao comércio, 7,27% ao setor de serviços, 1,84% a Indústria e apenas 0,32% a agricultura, sendo 14,20% destinados a outros fins. Nestes setores a maior parte do capital é destinado ao capital de giro, 8,31% para Investimentos e 0,90% misto.

Gráfico 4 - Evolução Número de clientes por situação jurídica (2009 a 2013)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados extraídos do Ministério do Trabalho e Emprego

De acordo com Neri (2008) o microcrédito, além do benefício social de acesso ao crédito, também gera incentivos para que o indivíduo se envolva em atividades produtivas a fim de pagar suas dívidas e de melhorar sua condição de vida, o que faz com que ele se esforce ainda mais para aumentar a sua renda o autor nos mostra também que além de política



social o microcrédito é uma política de desenvolvimento econômico, uma vez que gera aumento na produtividade, lucratividade e estabilidade as microempresas.

O gráfico mostra que durante o período entre o 1º trimestre de 2009 e o 1º trimestre de 2013, houve um aumento de cerca de 300 mil novos clientes de microcrédito no setor formal, enquanto no setor informal o aumento foi de aproximadamente 930 mil novos clientes no mesmo período.

Conforme Mezerra e Guimarães (2003), apesar do numero crescente de contratos, as instituições de microcrédito apresentam um numero de clientes ativos menor que a demanda estimada por microcrédito no Brasil, dentre as instituições somente o Credamigo possui mais de 10.000 clientes.

5.2 Sinais de Desenvolvimento

No geral, o setor informal é caracterizado por sua relevância econômica, pois tem a capacidade de gerar em média três pontos de emprego por empreendimento e manter 2,8 milhões de postos de trabalho por conta própria e, no total, há a geração de 3,6 milhões de ocupações revelam Arraes e Silva (2008).

De acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego (2013), no âmbito do PNMPO, consideram-se micro-empresendedores as pessoas físicas ou jurídicas que executam atividades produtivas de pequeno porte, com renda bruta anual de até R\$ 120 mil.

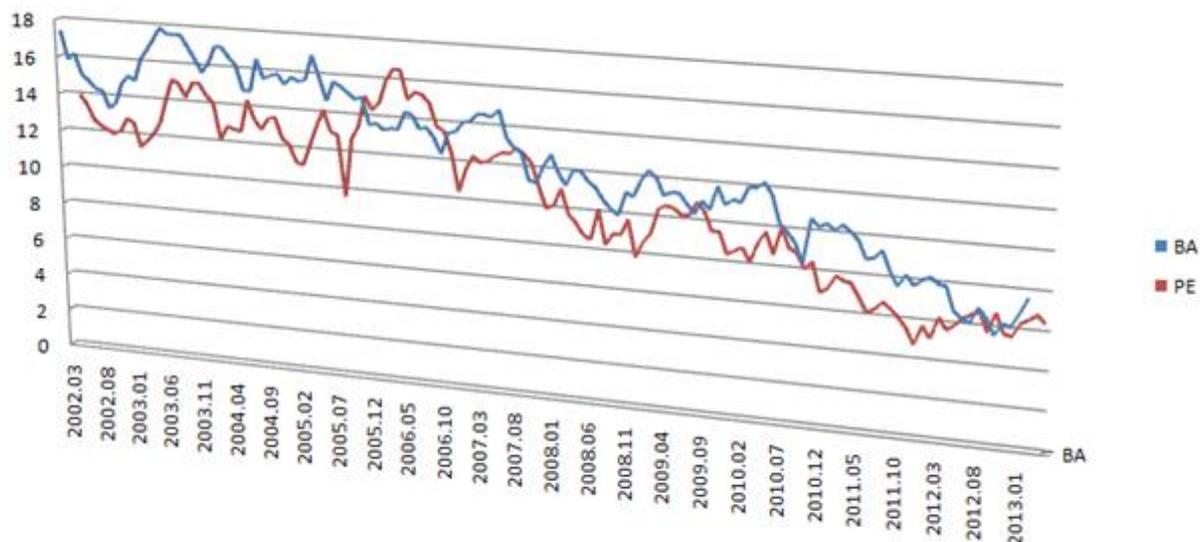
O Portal Brasil (2012) relata que as pequenas e médias empresas (MPEs) são fundamentais para o crescimento econômico, pois criam novos empregos e melhoria na renda e na condição de vida da população, uma das características deste segmento de empresas, é a capacidade de absorção de mão de obra, seja ela de jovens que entram pela primeira vez no mercado de trabalho, ou pela recolocação no mercado de pessoas com mais de 40 anos. Revela ainda que a partir do ano de 2000, houve um aumento no numero das MPEs em relação ao total de empreendimentos produtivos brasileiros. Enquanto a taxa de crescimento anual das empresas de todos os portes foi de 4%, para as pequenas empresas foi de 6,2%, e 3,8% para as micro empresas, entre 2000 e 2008. Nesse mesmo período, as MPEs foram responsáveis por aproximadamente metade dos postos e trabalho formais criados, cerca de, 4,5 milhões de empregos.

Segundo o Conselho Regional de Economia - CORECON (2013), a taxa de desemprego é a relação entre o número de pessoas desocupadas, que estão procurando uma



nova colocação no momento da realização da pesquisa de desemprego, e a população economicamente ativa que é formada pelo total de trabalhadores ocupados - seja no setor formal ou não somados a população desocupada.

Gráfico 5 - Taxa de desemprego - Regiões Metropolitanas Nordeste (2002 a 2013)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados extraídos do IPEADATA

De acordo com o gráfico, a taxa de desemprego, durante o período de maior crescimento das atividades de Microcrédito na região nordeste (gráfico 03), apresenta um diminuição nas regiões metropolitanas, queda de 9,7% no estado da Bahia e de 7,5% em Pernambuco entre março/2002 e fevereiro de 2013.

Tabela 2 - Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal – IFDM (2005 a 2009)

Estado	2005	2006	2007	2008	2009
Alagoas	0,552	0,562	0,553	0,582	0,593
Bahia	0,618	0,593	0,609	0,626	0,654
Ceará	0,621	0,632	0,651	0,677	0,713
Maranhão	0,533	0,572	0,590	0,623	0,605
Paraíba	0,582	0,595	0,601	0,614	0,635
Pernambuco	0,628	0,639	0,647	0,682	0,690
Piauí	0,552	0,583	0,596	0,642	0,652
Rio Grande do Norte	0,627	0,638	0,655	0,671	0,665
Sergipe	0,646	0,649	0,629	0,660	0,671

Fonte: Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro, Assessoria de Pesquisas Econômicas (Firjan)

De acordo com dados o IPEADATA com informações da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro – Firjan, a tabela 05 mede o IFDM dos nove estados da região



Nordeste, o índice que varia numa escala de 0 (pior) a 1 (melhor) para classificar o desenvolvimento humano dos municípios, de acordo com dados oficiais relativos a emprego e renda, educação e saúde. Os critérios de análise estabelecem quatro categorias: baixo (de 0 a 0,4), regular (0,4001 a 0,6), moderado (de 0,6001 a 0,8) e alto (0,8001 a 1) desenvolvimento humano. É possível observar no gráfico no período entre os anos 2000 e 2009, período de maior crescimento do microcrédito, houve uma migração do status de regular para moderado no grau de desenvolvimento de todos os estados da região nordeste, com exceção apenas do estado de Alagoas que apresentou valor de 0,593, resultado levemente abaixo da categoria de Moderado que é de 0,6001.

Azevedo et al (2011) descrevem a relação entre o tempo de permanência do indivíduo no programa de microcrédito e a probabilidade de superação da pobreza, esta relação se mostra positiva e direta entre as variáveis, visto que o indivíduo ao permanecer no programa tem maior chance de sair da pobreza essa probabilidade segundo os autores chega a 44% para uma permanência de 5 anos, outro ponto importante indicado pelos autores é a velocidade de saída da pobreza que possuem uma média anual de 6% a 8% até o quinto ano do programa, o que caracteriza a grande capacidade em alavancar a renda dos mais pobres.

Esta eficácia segundo Azevedo et al (2011) pode estar sendo induzida pela presença do apoio técnico (Agentes de Microcrédito) e pelo processo natural dos clientes de microcrédito que ao permanecerem no programa, adquirem maiores e melhores informações prestadas pelo programa, juntamente com a prática empresarial que potencializam as chances de aumento de renda.

De acordo com o BNB (2012) as taxas de variação do PIB *Per Capita* da região Nordeste, é favorável, em comparação com o PIB *Per Capita* do Brasil, o Nordeste manteve índices de crescimento anual superiores durante a década, o PIB *Per Capita em 2010* alcança o valor de R\$ 9,2 mil no Nordeste o equivalente a uma expansão de 32,4% em relação ao ano de 2000. A taxa média de crescimento anual do PIB *Per Capita* nordestino, 2,8% ao ano, no período entre 2000 e 2010 superaram o PIB *Per Capita* nacional em 0,4 ponto percentual e também foi mais representativa em comparação com o ritmo de crescimento do PIB *Per Capita* a década anterior cuja taxa média de crescimento foi de 0,9% ao ano.

Conforme o BNB (2012) Após um período de baixa dos salários médios no emprego formal entre 2000 e 2003, o crescimento da remuneração real assume um perfil consistente

O autor ainda mostra que embora a remuneração real média recebida pelos nordestinos no período tenha se ficado por volta de 74 % do salário médio recebido pelos trabalhadores do



Brasil R\$ 1.446, ela sofreu um crescimento significativo, em ritmo superior ao observado no plano nacional, atingindo em 2010 uma variação positiva de 22%.

6 CONCLUSÃO

O objetivo dessa pesquisa compreende identificar e analisar os efeitos causados pelas políticas de microfinanças, sobre a economia da Região Nordeste do Brasil a partir do ano de 2000.

Foi identificado que após extinção da SUDENE, o Nordeste, ainda possuía altos índices de pobreza e desigualdade, os maiores do país se comparado com as outras regiões brasileiras.

Durante o período em que foram centralizadas as pesquisas (2000 a 2013) foi possível observar uma melhora significativa no nível de desenvolvimento social, houve na região Nordeste redução do nível de pessoas a baixo da linha da pobreza, e do índice de desigualdade (índice de gini), vale ressaltar estes resultados sofrem bastante influencia também das políticas de distribuição de renda adotada pelo governo (Bolsa Família) e da evolução do salário mínimo nos últimos anos, observa-se também uma queda na taxa de desemprego nas regiões metropolitanas além de melhorias relativas a emprego e renda, educação e saúde (índice IFDM) que migrou da categoria de regular para moderado desenvolvimento humano em todo o território nordestino.

Apesar de apresentar resultados positivos, o microcrédito assim como ocorreu com a SUDENE, apresenta sinais de centralização de suas atividades no primeiro trimestre de 2013, 33,6% dos contratos de microcrédito foram realizados no estado do Ceara, 14,60% na Bahia e 10,95% no Piauí ficando os outros 40,85% divididos entre os outros 6 estados da região, em relação ao numero de habitantes o microcrédito hoje atende apenas a 3,5% da população o que é baixo se for levado em consideração o numero de pessoas abaixo da linha da pobreza.

Por fim, diante dos dados obtidos, é possível inferir que o desenvolvimento da região Nordeste, pode ser potencializado através das praticas das Microfinanças que trazem consigo a capacidade de redução da pobreza e de inclusão social. Porem são necessários ainda, maiores incentivos, para que as instituições possam se distribuir de maneira uniforme na Região Nordeste de modo a atender uma quantidade maior de indivíduos, e com isso promover um maior desenvolvimento na Região de maneira mais sustentável e produtiva.



REFERÊNCIAS

ARRAES, Ronaldo de Albuquerque e; SILVA, Lúcia de Fátima Barbosa da Silva. **Demanda por Microcrédito no Nordeste: Atuação dos Pequenos Empresários**. Banco do Nordeste, 2008. [S.l.] Disponível em: < http://www.bnb.gov.br/projwebren/exec/artigoRenPDF.aspx?cd_artigo_ren=1195>, Acesso em 05 out.2013

AZEVEDO, Marcelo Teixeira; BARRETO, Flavio Ataliba; SOARES, Ricardo Brito. **Condicionantes da saída da pobreza com microcrédito: o caso dos clientes do Crediamigo**. Scientific Electronic Library Online, 2011 Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-41612011000100005>, Acesso em 13 out.2013.

BANCO DO NORDESTE. **Crediamigo – Resultados**; [S.l.], 2013 Disponível em: < http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/Produtos_e_Servicos/Crediamigo/gerados/Resultados.asp>, Acesso em 12 out.2013

BANCO DO NORDESTE. **Quadro Macroeconômico Brasil e Nordeste 2000 a 2010**. [S.l.], 2012, Disponível em: < http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/etene/etene/docs/indicadores_macroeconomicos_brasil_nordeste_fev12.pdf >, Acesso em 18 out.2013

BAER, Werner. **A Economia Brasileira**. 2 ed. São Paulo: Nobel, 2003.

FURTADO, Celso. **A Fantasia Desfeita**. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

GALVAO, Alexandre; BRESSAN Aureliano Angel. **Finanças Corporativas Teoria e pratica Empresarial no Brasil**. 1 ed. São Paulo: Campus, 2008.

GUERRA, Roberta de Moraes. **Microcrédito como Ferramenta de Melhoria de Qualidade de Vida na Comunidade Diamante – PE**. Tese (Mestrado em Administração) - faculdade Boa Viagem, Pernambuco, Recife, 2008.

IPEADATA. **Indicadores Sociais** [S.l.: s.n.]. Disponível em: < <http://www.ipeadata.gov.br/>>, Acesso em 13 out.2013.

KARLAN, Dean; APPEL, Jacob. **Mais do que boas intenções**. 1ed. Rio de Janeiro: Campus, 2011.

LOPES, Carlos; THEISOHN, Thomas. **Desenvolvimento para Céticos: Como Melhorar o Desenvolvimento de Capacidades**. 1ed. São Paulo: UNESP.

MENEZES, Edith Oliveira de. **Seca no Nordeste - Desafios e Soluções**. 3 ed. São Paulo: Editora Atual, 2002.

MISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Programa Nacional do Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPO: Banco de Dados**. [S.l.] Disponível em: < <http://portal.mte.gov.br/pnmppo/banco-de-dados.htm> >, Acesso em 13 mar.2013.



MISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Programa de Microcrédito do MTE cresce 62,57% em 2012**. Brasília, 2012 Disponível em: <
<http://portal.mte.gov.br/imprensa/programa-de-microcredito-do-mte-cresce-62-57-em-2012.htm> >, Acesso em 18 out.2013

MONZONI, Mario. **Impacto em renda do microcrédito**. 1ed. São Paulo: Editora Petrópolis, 2008.

NERI, Marcelo. **Microcrédito O Mistério Nordestino e o Grameen Brasileiro – Perfil e performance do clientes do Crediamigo**. 1ed. Rio de Janeiro: Editora Petrópolis, 2008.

OLIVEIRA, Maria Lucia Lippi. **O Brasil de JK, A invenção do nordeste**. CPDOC FGV. [S.l.] Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/Nordeste>>, Acesso em 13 mar.2013.

OLIVEIRA, Maria Lucia Lippi. **O Brasil de JK, A criação da SUDENE**. CPDOC FGV. [S.l.] Disponível em <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/Nordeste>>, Acesso em 13 mar.2013.

RIBEIRO, Cristina Tauaf; CARVALHO, Carlos Eduardo. **Do Microcrédito as Microfinanças: Desempenho Financeiro, Dependência de Subsídios e Fontes de Financiamentos**. 1 ed. São Paulo: Editora da PUC-SP. 2006.

ROCHA, Ângela da; MELLO, Renato Cotta de. **O Desafios das Microfinanças**. 1 ed. Rio de Janeiro: Mauad Editora. 2004.

SEBRAE. **Perfil das Instituições de Microfinanças (OSCIP) no Brasil: Contexto do Atendimento aos Pequenos Negócios**. Brasília, 2012 Disponível em: <
[http://www.sebrae.com.br/customizado/uasf/servicos-financeiros/microcredito-
produtivo/Relatorio%20da%20Pesquisa%20Perfil%20das%20Instituicoes%20de%20Microfi
nancas%202011.pdf](http://www.sebrae.com.br/customizado/uasf/servicos-financeiros/microcredito-produtivo/Relatorio%20da%20Pesquisa%20Perfil%20das%20Instituicoes%20de%20Microfinancas%202011.pdf)>, Acesso em 05 out.2013.

SILVA, Jose Barzacchiello da; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia; ZANELLA, Maria Elisa; MEIRELES, Antonio Jeovah de Andrade (orgs.). **Litoral e Sertão: natureza e sociedade no nordeste brasileiro**. 1 ed. Fortaleza: Expressão Gráfica.

YUNUS, Muhammad. **Um mundo sem pobreza: a empresa social e o futuro do capitalismo**. 1ed. São Paulo: Editora Atica, 2008.